



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATA DE REUNIÃO

CMSE - COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO

ATA DA 263ª REUNIÃO

Data: 9 de março de 2022

Horário: 14h30

Local: Sala de Reunião Plenária do MME – 9º andar e videoconferências

Participantes: Lista Anexa.

1. ABERTURA

1.1. A 263ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi aberta pelo Ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, que agradeceu a presença de todos os participantes, tanto presencialmente no Ministério de Minas e Energia, quanto nos diversos pontos remotos, por meio de videoconferências.

1.2. Na sequência, o Secretário de Energia Elétrica, Sr. Christiano Vieira da Silva, conduziu a reunião conforme a agenda de trabalho, relatando primeiramente a relevante melhora nas condições de atendimento eletroenergético verificadas desde o mês de fevereiro, assunto que também foi tema de reunião extraordinária do Comitê, realizada no dia 24 de fevereiro

1.3. Posteriormente, deu-se continuidade à reunião, conforme relatado a seguir.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

2.1. O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS realizou apresentação sobre as condições de atendimento do SIN, que permanecem favoráveis, beneficiadas pelas chuvas verificadas desde o início do ano aliadas às políticas de recuperação dos principais reservatórios do SIN.

2.2. Relativo às condições hidrometeorológicas observadas, foi informado que o mês de fevereiro apresentou, nos primeiros 20 dias, uma condição atmosférica mais favorável para a ocorrência de precipitação nas bacias das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto na região Sul predominou a estiagem. Na última semana, o volume de precipitação diminuiu nestas bacias, e já na região Sul a situação hidrológica melhorou.

2.3. Em relação à Energia Natural Afluente – ENA foram verificados valores abaixo da média histórica em fevereiro para o subsistema Sul, e uma condição mais favorável das aflúências das regiões Sudeste, Norte e Nordeste. Considerando a ENA agregada do SIN, foi verificado valor próximo de 113% da Média de Longo Termo – MLT.

2.4. Como resultado, o armazenamento do SIN alcançou patamar superior às projeções apresentadas anteriormente ao Comitê, com valor de 63,6% em 8 de março de 2022, valor superior ao do mesmo período nos anos de 2020 e 2021.

2.5. Relativo aos dados de fechamento do mês de fevereiro, o armazenamento do SIN ficou entre 7,3 pontos percentuais – p.p. e 1,8 p.p. acima do previsto, para o pior e o melhor cenários prospectados no mês anterior, respectivamente. Conforme destacado, tal cenário corrobora a assertividade das medidas adotadas até então, inclusive quanto às diretrizes mais recentes para o desligamento de termelétricas mais caras despachadas fora da ordem de mérito, ponderando sempre os custos e os benefícios associados.

2.6. Em relação ao comportamento da carga, foi mencionado que, em fevereiro de 2022, a carga do SIN apresentou uma variação positiva de 2,0% em relação ao mês anterior. Comparada a fevereiro/2021,

houve aumento de 1,0%. Para março, há expectativa de acréscimo de 0,7% em relação a fevereiro.

2.7. Dessa maneira, conforme ponderado pelo ONS, apesar da situação favorável do SIN sob a ótica eletroenergética, faz-se necessária a manutenção do permanente acompanhamento realizado, uma vez que o cenário é de gradativa recuperação dos reservatórios e de recuperação de importantes armazenamentos que viabilizam os usos múltiplos, aliado à tendência de aumento da carga.

2.8. Foi também mencionada pelos membros do CMSE a importância do acompanhamento da disponibilidade de combustível para a geração termelétrica em função do atual cenário internacional, tema tratado pela Secretaria de Petróleo e Gás Natural – SPG/MME e que será reportado ao Comitê.

2.9. Sobre a previsão para os próximos dias, a expectativa é de redução das chuvas, com maior concentração de precipitações no Sul do País, região que tem enfrentado condições mais adversas de atendimento, refletidas em baixos armazenamentos nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

2.10. Dessa maneira, e conforme debatido na reunião, permanecem vigentes as diretrizes adicionais para garantir o atendimento à região Sul, deliberadas na 262ª reunião (Extraordinária) do CMSE, em 24 de fevereiro de 2022, e que se refletem em uma política operativa de preservação dos estoques hídricos armazenados em empreendimentos hidráulicos do subsistema Sul.

2.11. Para garantir a manutenção das diretrizes deliberadas pelo CMSE, faz-se necessária, conforme discutido na 262ª reunião (Extraordinária), a manutenção das defluências das usinas hidrelétricas – UHE do trecho baixo do rio Paraná, contemplando Jupia e Porto Primavera, de forma a possibilitar a sua modulação para atender a curva de carga do SIN e fazer frente às necessidades que possibilitam a maximização do intercâmbio para o Sul da energia proveniente do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Assim sendo, será mantido o valor de defluência em Porto Primavera em 3.900m³/s, podendo oscilar para valores superiores, com a defluência da UHE Jupia definida em função das vazões incrementais, para atendimento da cota mínima e da defluência da UHE Porto Primavera.

2.12. Relativo aos estudos prospectivos apresentados, que contemplaram avaliações até agosto de 2022, foi mencionado pleno atendimento tanto em termos de energia quanto de potência em todo o período, sem que haja necessidade de uso da reserva operativa.

2.13. Além disso, fruto dos esforços empreendidos conjuntamente pelo setor elétrico brasileiro e pelos atores envolvidos na gestão da água, destacadamente a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, foi noticiada a antecipação do retorno da navegabilidade de embarcações na Hidrovia Tietê-Paraná, prevista para ocorrer a partir de meados de março.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS "DATAS DE TENDÊNCIA" DA OPERAÇÃO COMERCIAL DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

3.1. A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME realizou apresentação relativa ao monitoramento da expansão do sistema elétrico brasileiro, tendo informado que a expansão verificada em fevereiro de 2022 foi de aproximadamente 516 MW de capacidade instalada de geração centralizada de energia elétrica, 566 km de linhas de transmissão e 2.396 MVA de capacidade de transformação. Assim, em 2022, a expansão totalizou 999 MW de capacidade instalada de geração centralizada, 1.663 km de linhas de transmissão e 2.394 MVA de capacidade de transformação. Sobre geração distribuída, a expansão verificada em 2022 foi de 919 MW.

3.2. Foi apresentado também o cronograma do Plano de Transição para a entrada em operação das usinas referentes ao Leilão de Geração 01/2019, para atendimento ao sistema Roraima, demonstrando que, a partir de maio de 2022, é esperado o início da desativação da primeira usina termelétrica dentre aquelas instaladas anteriormente ao leilão para o atendimento à localidade. Ressaltou-se que o estoque de combustível para a operação das usinas termelétricas que atendem o sistema de Boa Vista deve permanecer, conforme disposto na Portaria MME nº 483/2017 de, no mínimo, oito dias de autonomia durante a implementação de todo o Plano.

3.3. Destacou-se também a situação geral da implantação dos empreendimentos do 1º Procedimento Competitivo Simplificado – PCS, cujo monitoramento está sendo feito de forma pormenorizada, salientando-se que todos os empreendimentos possuem viabilidade alta ou média de implementação, devendo entrar em operação comercial, em sua grande maioria, no primeiro semestre de 2022.

3.4. Por fim, o Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, de 17 de fevereiro de 2022, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício-Circular nº 03/2022-CGEG/DMSE/SEE/MME.

3.5. Também homologou as datas de tendência para operação comercial dos empreendimentos de transmissão, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Transmissão, realizada em 17 de fevereiro de 2022, e encaminhadas aos membros do CMSE e pelo Ofício-Circular nº 02/2022/CGET/DMSE/SEE-MME.

4. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE apresentou a expectativa da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo – MCP referente à contabilização de janeiro de 2022.

4.2. Foi contabilizado um total de R\$ 4,448 bilhões, sendo R\$ 3,349 bilhões correspondente ao valor da contabilização do MCP do próprio mês e ao montante não pago no mês anterior e R\$1,098 bilhões relativos ao GSF não repactuado, que se encontra sob efeito de liminar judicial. Destaque para o montante liquidado de R\$ 3,303 bilhões, sendo R\$1,7 bilhões (52%) referentes à arrecadação de pagamento relativo à geração emergencial e R\$30,4 milhões (1%) referente à importação.

4.3. Em relação à antecipação dos créditos referentes à repactuação do risco hidrológico, a CCEE relatou que, em janeiro de 2022, o montante arrecadado foi de cerca de R\$ 200 mil, representando continuidade da estagnação da antecipação já apresentada desde outubro de 2021, em comparação aos meses anteriores, quando houve o pagamento de montantes mais expressivos. A CCEE envida esforços para realizar a liquidação restante, principalmente das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, responsáveis por metade da composição do montante a ser quitado.

4.4. Adicionalmente, a CCEE apresentou, dentre outros assuntos, os custos relacionados aos Encargos de Serviços do Sistema – ESS a serem pagos pelos consumidores brasileiros em decorrência do despacho térmico por garantia energética e armazenamento. Referente à contabilização do mês de janeiro de 2022, foi destacado o pagamento de cerca de R\$ 5,5 bilhões de ESS, montante que também agregou os valores relativos ao Programa de Redução Voluntária da Demanda dos Consumidores Cativos, implantado em 2021 como uma das medidas excepcionais para enfrentamento do cenário da escassez hídrica vivenciada. Já a prospecção do ESS para fevereiro de 2022, diante das premissas consideradas, alinhadas aos estudos do ONS, é de cerca de R\$ 1,3 bilhão, evidenciando a redução significativa desse custo verificado nos últimos meses.

4.5. Por fim, a Câmara apresentou avaliações relativas à cotação do gás natural no mercado internacional para o final do mês de março e prospecções sobre seu impacto no mercado interno, inclusive no valor do Custo Variável Unitário – CVU das usinas termelétricas, diante do cenário geopolítico internacional.

5. DESTAQUES DA REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

5.1. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizou apresentação que contemplou, primeiramente, a evolução da perda de arrecadação. Sobre o assunto, relatou que a inadimplência acumulada no período entre 18 de março de 2020 e 25 de fevereiro de 2022 no mercado cativo ficou em torno de 4,18%, apresentando leve aumento com relação ao valor apresentado na última reunião ordinária do CMSE. Já a inadimplência do mês de fevereiro de 2022 ficou em 8,43%, valor superior ao acumulado e ao apresentado em 2 de fevereiro de 2022.

5.2. Além disso, a ANEEL apresentou prospecções atualizadas para o período até novembro de 2022 relativo ao saldo da conta Bandeiras, com a respectiva atualização do realizado em janeiro de 2022, assunto que permanecerá sendo acompanhado e apresentado ao CMSE.

5.3. Na sequência, a Agência fez um relato sobre os aprimoramentos relativos à base de remuneração regulatória, trabalho que visa promover maior sinal econômico para incentivo à eficiência. Assim, informou que, entre 7 de fevereiro e 17 de junho de 2022, está sendo realizada a Tomada de Subsídios – TS nº 2/2021, com objetivo de obter contribuições dos agentes e interessados no tema. Estão disponíveis 44 questões em formulário eletrônico, cujas respostas embasarão a Análise de Impacto Regulatório de 4 alternativas: manutenção do regulamento; revisão dos bancos de preços; ampliação do banco de preços para equipamentos principais; e transição para gasto eficiente total.

5.4. Por fim, a ANEEL ressaltou a aprovação preliminar do edital do primeiro Leilão de Transmissão do ano de 2022, relativo a empreendimentos que totalizarão cerca de 5 mil km de linhas de transmissão, 6 mil MVA de capacidade de transformação e investimentos esperados da ordem de R\$ 15 bilhões.

6. ESTUDO DE ESCOAMENTO DE GERAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE –

VOLUME 1: ÁREA SUL

6.1. A Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizou apresentação relativa ao escoamento de geração de energia elétrica da região Nordeste. Conforme mencionado, os estudos apresentados foram motivados pela expressiva expansão de geração renovável prevista para se concretizar nas regiões Norte/Nordeste nos próximos anos e corroboram a necessidade de ampliação do sistema de transmissão a fim de se ampliar a segurança energética e o aumento da competitividade na oferta de geração de energia no País.

6.2. A EPE elucidou que o prazo total desde o início dos estudos de viabilidade, na fase de planejamento, até a entrada em operação comercial, na implantação, passando pelo processo de outorga, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, possui um prazo aproximado de sete anos, mostrando a grande antecedência demandada para sinalizar a necessidade de qualquer empreendimento.

6.3. O estudo contabilizou 34 GW de energia eólica e solar contratada ou confirmada até 2025 nas regiões Norte e Nordeste do país. Com relação à previsão de mais longo prazo, há dois cenários de expansão indicativa no Plano Decenal da Expansão – PDE 2030: o primeiro agregando 23 GW de geração indicativa e o segundo um valor bem superior, 38 GW. A decisão deve ser feita sob a incerteza do que de fato vai entrar em operação ou não, enfatizando que a definição de não contratar pode ter custos no futuro.

6.4. A EPE destacou também alguns estudos em andamento sobre interligações regionais e sobre o atendimento da área Sul, Norte e Leste da região Nordeste do país. O tema continuará a ser aprofundado de forma a robustecer a respectiva tomada de decisão quanto às expectativas, necessidades e cenários futuros, alinhadas ao fortalecimento do planejamento setorial.

7. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPÇÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

7.1. Item retirado de pauta. O material produzido pelo ONS sobre o tema foi distribuído aos membros do CMSE.

8. ASSUNTOS GERAIS

Balanco das ações do CMSE em 2020

8.1. A SEE/MME realizou relato referente ao balanço das ações do CMSE no ano 2021, quando foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias, 19 técnicas e 28 reuniões do Grupo de Trabalho - GT do CMSE para Acompanhamento das Condições de Atendimento ao SIN, para aprofundamento dos assuntos. Foi destacada a intensidade dos trabalhos desenvolvidos pelo CMSE no ano 2021, frente a um cenário tão adverso de atendimento ao SIN, e que se mostrou fundamental para a segurança do fornecimento de energia à população, ratificando a importância da atuação e existência do Comitê.

8.2. Relativo às atividades conduzidas em 2021, podem ser destacadas as medidas adicionais para enfrentamento das condições hidrológicas adversas, dentre elas: ações para aumento de disponibilidade energética; avaliação e flexibilização de restrições hidráulicas existentes; adoção de critérios menos restritivos de operação do SIN; aprovação da proposta do Programa de Redução Voluntária da Demanda aplicável ao consumidor do ACR; implementação da Bandeira Tarifária “Escassez Hídrica”; e a realização de Procedimento Competitivo Simplificado, dentre outras tantas medidas.

8.3. O material produzido foi distribuído aos membros do CMSE, para conhecimento e utilização.

8.4. O CMSE reafirmou seu compromisso com a garantia da segurança e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica no País no cenário atual e futuro, por meio da continuidade do monitoramento permanente realizado, respaldado pelos estudos elaborados sob as diversas óticas do setor elétrico brasileiro, e com a ação sinérgica e robusta das instituições que compõem o Comitê.

8.5. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim, Christiano Vieira da Silva, Secretário-Executivo do CMSE.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Nilo Teixeira	MME
André Perim	MME

Víctor Protázio	MME
Rodrigo Fornari	MME
Flávia Albuquerque	CCEE
Daniel Dourado	ANEEL
Patrícia Thomas	ANA
Laura Cruz	EPE
Carolina Medeiros	ONS
Talita Porto	CCEE
Saulo Vargas	MME
Rui Altieri	CCEE
Felipe Calábria	ANEEL
Thiago Magalhães	ANEEL
William Cavalcanti	MME
Elisa Bastos Silva	ANEEL
Luiz Gustavo Cugler	ANEEL
Juliana Oliveira Nascimento	MME
André Luiz Gonçalves	MME
Guilherme Godoi	MME
Poliana Marcolino	MME
Erik Rego	EPE
Alexandre Zucarato	ONS
Sinval Zaidan Gama	ONS
Luiz Carlos Ciochi	ONS
Domingos Romeu Andreatta	MME
Thaís Lacerda	MME
Aldo Barroso	MME
Bianca Maria Matos de Alencar Braga	MME
Igor Ribeiro	MME
Ana Lúcia Alves	MME
Christiano Vieira da Silva	MME
Rafael Bastos	MME
Paulo César Domingues	MME
Joaquim Gondim*	ANA
Igor Walter*	ANEEL
Marcelo Caetano*	ANP
Candice Costa*	MME
Ricardo Takemitsu*	MME
João Vieira*	MME
Sandoval Feitosa*	MME
Renata Francisco*	EPE

*Videoconferência

Anexo 1:	Nota Informativa - 263ª Reunião do CMSE (09-03-2022) (SEI nº 0610161);
Anexo 2:	Datas de Tendência das Usinas - 263ª Reunião do CMSE (09-03-2022) (SEI nº 0610167);
Anexo 3:	Datas de Tendência da Transmissão - 263ª Reunião do CMSE (09-03-2022) (SEI nº 0610169).



Documento assinado eletronicamente por **Christiano Vieira da Silva**, **Secretário de Energia Elétrica**, em 31/03/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0610145** e o código CRC **5C15121E**.

Referência: Processo nº 48300.000355/2022-64

SEI nº 0610145